



CERES, 50 ANOS  
CONSTRUINDO UMA HISTÓRIA DE  
EXCELÊNCIA PELA EDUCAÇÃO E  
INCLUSÃO NO SERIDÓ.

## **Realidades docentes e o papel do livro didático no Ensino de História: relatos da rede estadual e privada de ensino no Seridó/RN**

Ana Gabrielle Pinto Delfino - UFRN  
*gabrielle.delfino.703@ufrn.edu.br*  
Maria Alda Jana Dantas de Medeiros - UFRN  
*alda.medeiros@ufrn.br*

### **INTRODUÇÃO**

Falar sobre História sempre esteve e sempre estará relacionado com falar sobre ensino. É possível afirmar isso porque, desde que surge como forma de saber na Antiguidade Clássica, a História teve caráter de difusão, de instrução, de algo a ser repassado para outras pessoas.

Antes que seja propagado, o fazer historiográfico envolve um processo quase digestivo de interpretação e reinterpretação dos acontecimentos e da memória, no qual o resultado final será uma narrativa. Esta narrativa sempre estará acompanhada de interesses e objetivos — que podem já ser determinados antes de sua construção, ou que serão impostos em outra temporalidade, para obedecer outra lógica senão a contemporânea a que foi desenvolvida.

Como Albuquerque Júnior (2019) aponta, quando a História nasce como gênero literário na Grécia Antiga, o *histor* seria o indivíduo responsável por registrar os acontecimentos testemunhados, a fim de construir um histórico de boas e más decisões governamentais defronte crises no governo. A partir dessa coletânea, os futuros governantes teriam ciência de não repetir os erros passados, além de serem construídos atos de entretenimento (peças de teatro, poemas, canções) que comunicavam essas lições à população geral. Ou seja, a História já surge como uma via de dois caminhos inseparáveis: a interpretação e a educação. Mesmo com as revoluções burguesas e o nascimento do sistema capitalista, o objetivo da História permanece sendo o de compreender para difundir, obedecendo a interesses específicos, direcionados a públicos pontuais.

Nesse ínterim, tem-se na contemporaneidade uma situação onde a História procede por dois ambientes distintos, porém seguindo a mesma: a universidade — onde acontecem as pesquisas, se manuseiam as fontes, se discutem as teorias — e a escola — onde se apresenta os acontecimentos, se constrói o conhecimento, se difunde as produções tão laboriosas da historiografia. A escola, então, assume essa última etapa do fazer histórico, e por isso torna-se matéria de intensas pesquisas e reflexões na área.

Nesse viés, o que existe de fonte primordial para se compreender o cotidiano escolar de qualquer época são os manuais escolares. A partir deles, é possível traçar inúmeros diagnósticos referentes ao chão da sala de aula, principalmente sobre a relação do livro didático com o professor, o planejamento da aula e a gestão escolar. Como Miranda (2004) aponta,

o livro didático é um produto cultural dotado de alto grau de complexidade e que não deve ser tomado unicamente em função do que contém sob o ponto de vista normativo, uma vez que não só sua produção vincula-se a múltiplas possibilidades de didatização do saber histórico, como também sua utilização pode ensejar práticas de leitura muito diversas. (Miranda, 2004, p. 124).

Ao redor do livro didático, também, se amplia a discussão políticas públicas como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), uma iniciativa governamental para uma maior sistematização da produção de materiais didáticos, visando uma melhor equidade no acesso à educação em todo o país. Mesmo tendo surgido em 1985, o PNLD só foi determinado enquanto Programa de Estado em 2010, pelo Decreto 7.084/2010.



## CERES, 50 ANOS CONSTRUINDO UMA HISTÓRIA DE EXCELÊNCIA PELA EDUCAÇÃO E INCLUSÃO NO SERIDÓ.

[...] o PNLD consolidou um conjunto de diretrizes formuladas ao longo de mais de duas décadas, que podem ser sumarizadas nos seguintes aspectos, dentre outros: o respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; o respeito às diversidades sociais, culturais e regionais; o respeito à autonomia pedagógica dos estabelecimentos de ensino; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; e a garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de avaliação, seleção e aquisição das obras (Brasil, 2010, p. 1 apud CAIMI, p. 23, 2018)

Tendo uma relevância política inegável, então, os manuais escolares também são matéria de interesse econômico. Os sistemas estruturados de ensino, comumente chamados de apostilas, antagonizam com o PNLD à medida que o mercado editorial ao redor desse tipo de produção encontrou brechas para se projetar para além das escolas privadas — onde sua aderência é mais anunciada. Dessa forma, constroem-se dois cenários distintos entre as modalidades de ensino pública e privada, no que diz respeito aos manuais escolares usados.

Portanto, esse trabalho pretende articular como esse papel do livro didático se consolida na realidade escolar dos professores da educação básica, a fim de entender como as transformações institucionais repercutiram sobre os materiais didáticos e comparar se os argumentos elaborados pela bibliografia dessa temática condizem com o que acontece empiricamente no ambiente escolar.

### MATERIAIS E MÉTODOS

A realização deste trabalho deu-se através de dois momentos de pesquisa. Primeiramente, houve a consulta bibliográfica para que fosse possível traçar uma argumentação acerca da relevância de se pensar o Ensino de História, para então adentrar na temática dos manuais escolares e suas funções dentro desse panorama. A partir de então, fica determinada a tese principal, a ser verificada pela etapa consequente.

Após a compilação da bibliografia, pensou-se na amostra de entrevistados que forneceriam os relatos sobre a realidade do papel que o livro didático exerce dentro da sala de aula. Para tal, foram contatados professores de História do ensino básico (Fundamental, Médio ou EJA) e das redes públicas ou privadas de ensino. Aqui, fica estabelecido que essas entrevistas conservam um caráter mais qualitativo do que quantitativo, e traduzem o contexto de um recorte espacial limitado à cidade de Caicó/RN e à rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte.

As entrevistas foram concedidas através de um formulário elaborado na plataforma do Google Forms, os quais foram enviados para os referidos professores. As perguntas que compunham a primeira seção do questionário, depois do requisito de identificação, foram: Qual a instituição que você atua? Em qual tipo de rede você atua (privada ou pública)? Em qual nível de ensino você atua (Fundamental, Médio ou EJA)? Há quanto tempo você leciona?

Estas objetivavam a construção de um contexto característico da trajetória de cada professora. Então partiu-se para as perguntas relacionadas ao uso do livro didático no planejamento e no cotidiano escolar: “Como se dá a escolha do livro didático na sua escola?”, “Qual(is) livro(s) didático(s) está(ão) em uso na sua escola? E qual a sua opinião sobre a qualidade dele(s)?”, “O livro didático é a principal fonte para o planejamento de suas aulas? Se não, que outros materiais você dispõe quando está pensando em estratégias?”, “Você acompanha as transformações nas políticas acerca do livro didático? Percebeu como isso afetou a sua escola ou o seu ensino?”, “Quais seriam, para você, as maiores dificuldades na prática docente em relação ao uso do livro didático?”.

Completando um total de 10 questões, estas serviram para compreender no que se interessa o caráter do uso do livro didático pelas professoras. A partir das respostas coletadas com esse questionário, foi possível comparar os relatos da realidade prática docente com o que é discutido pela bibliografia e pelos pesquisadores da área de Ensino de História. Assim, verifica-se as convergências e divergências entre os dois objetos deste trabalho.



**CERES, 50 ANOS  
CONSTRUINDO UMA HISTÓRIA DE  
EXCELÊNCIA PELA EDUCAÇÃO E  
INCLUSÃO NO SERIDÓ.**

## **RESULTADOS**

Uma vez que esta se trata de uma pesquisa ainda em andamento, não existem resultados definitivos. Ao momento de submissão dessa versão do trabalho, o questionário contabiliza um total de cinco relatos de professores das cidades de Caicó, Currais Novos e São João do Sabugi, contando com experiências de seis ambientes escolares — sendo quatro particulares e dois públicos. Sobre o tempo de atuação dos professores, notou-se um intervalo entre 9 e 21 anos de sala de aula, caracterizando uma amostra de professores já experientes e atuantes há um tempo considerável.

Partindo para o objeto de análise, foi possível verificar os abismos entre as redes públicas e privadas de ensino. Foi consenso entre os três professores atuantes em escolas privadas que a escolha do manual escolar era completamente alheia às opiniões dos docentes, dependendo inteiramente das decisões da gestão escolar. Enquanto isso, os professores depoentes da rede pública descreveram que a escolha dos livros é sempre consensual entre o corpo docente.

Sobre a natureza dos materiais didáticos, a queixa foi que os sistemas estruturados, no caso das particulares, tinham prioridades mais voltadas à aprovação em vestibulares do que na construção de um conhecimento consistente. Os de escolas públicas indicaram a melhora nos manuais disponibilizados através do PNLD, no sentido de conter uma variedade de sugestões metodológicas para auxiliar o planejamento da aula. Mesmo assim, a maioria afirmou pesquisar em fontes alternativas no desenvolvimento de estratégias didáticas.

Por fim, no que diz respeito às dificuldades no uso, a maior parte foi elencada pelos docentes da rede particular de ensino. Foram descritas as pressões envolvendo os pais e a gestão para o cumprimento dos conteúdos do livro à risca, restringindo a autonomia do professor.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sendo assim, pensar o livro didático em uma realidade prática, sobretudo, se mostrou uma valiosa ferramenta de aprendizagem para o professor em formação. Sendo um acessório indissociável da prática educativa, os manuais escolares não são perfeitos e muito menos absolutos. No entanto, reiterando o que foi elaborado por Caimi (2018), percebe-se que a existência do PNLD faz uma diferença significativa no cotidiano docente. Isso se verifica pela comparação entre os relatos dos professores da rede privada, com os sistemas estruturados de ensino — que obedecem interesses do mercado editorial, visando sempre o lucro — e os livros didáticos obtidos por meio do edital do Programa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de História. Livro didático. Realidade docente.

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço, sobretudo, à Prof<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Maria Alda Jana Dantas de Medeiros, pela orientação neste trabalho. Sem as suas correções, sugestões e decisões, esse texto não seria possível.

## **REFERÊNCIAS**

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para quem servem o ensino e a escrita da história? In: **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História**. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 245-264.
- CAIMI, Flávia Eloisa. Sob nova direção: o PNLD e seus desafios frente aos contextos político-educativos emergentes. **Revista História Hoje**, v. 7, n. 14, p. 21-40, 2018.
- MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, v. 24, p. 123-144, 2004.